RELATÓRIO DA 4ª REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA - RAE / 2019

Data: 05.12.2019

Local: Salão Nobre da Presidência

Presenças: **Comitê de Gestão Estratégica e Governança Corporativa**

Desª. **Vania Cunha Mattos**, membro do Comitê;

Des. **Marçal Henri dos Santos Figueiredo**, membro do Comitê;

Desª. **Carmen Izabel Centena Gonzalez**, membro do Comitê;

Servidor **Onélio Luis Soares dos Santos**, membro do Comitê;

Servidor **Rodrigo Fontes Correa**, membro do Comitê;

Servidora **Maria Eneida Giordani**, membro do Comitê;

Servidor **João Henrique C. de Lima Ribas**, Diretor-Geral Substituto;

Convidados: Des. **George Achutti**;

Des. **Ricardo Hofmeister de Almeida Martins Costa**;

Juiz **Leandro Krebs Gonçalves**, Juiz Auxiliar da Corregedoria;

Juiz **Adriano Wilhelms**;

Servidora **Natacha Moraes de Oliveira**; Diretora da Setic;

Servidor **Adolfo Marques Pereira**;

Servidora **Rejane Carvalho Donis**;

Coordenação: Servidora **Carolina S. Ferreira**, Assessora-chefe da Assessoria de Gestão Estratégica, Dados Estatísticos e Apoio às Ações Institucionais (AGE).

Apoio: Servidora **Gabriela Balbinot**, Assistente da AGE.

Horário: 15h50min às 17h30min

Pauta:

1) Resultados da Gestão Estratégica e Iniciativas no biênio 2018/2019

2) Perspectivas para o biênio 2020/2021.

Aos quatro dias do mês de dezembro do ano de 2019, às 15 horas e 50 minutos, no Salão Nobre da Presidência do Tribunal Regional do Trabalho 4ª Região, ocorreu a 4ª Reunião de Análise da Estratégia (RAE) do ano de 2019, contando com as presenças acima nominadas. Registra-se a ausência do Des. Francisco Rossal de Araújo e Des. Raul Zoratto Sanvicente, Vice-Presidente e

Vice-Corregedor eleitos, respectivamente, em virtude do conflito de horário com a realização das sessões da 6ª e 8ª Turmas.

Desª Vânia iniciou a reunião e passou a palavra à Carolina para que procedesse aos itens da pauta.

Carolina saudou a todos e informou que esta Reunião de Análise da Estratégia (RAE) apresenta um *quorum* maior, em virtude da presença de integrantes da nova administração do Tribunal. Registrou a ausência dos Desembargadores Rossal e Raul, Vice-Presidente e Vice-Corregedor eleitos, respectivamente. Informou que a servidora Rejane comparece representando o Des. Rossal. Mencionou que o objetivo da reunião é apresentar, de forma breve, os resultados alcançados. Esclareceu que as reuniões denominadas RAEs são realizadas na presença do Comitê de Gestão Estratégica e Governança Corporativa, para deliberar acerca da administração, no tocante aos grandes eixos estruturantes do Tribunal, para definir caminhos a serem adotados de forma a atingir os objetivos estratégicos e cumprir as metas, priorizando algumas iniciativas e direcionando a realização das atividades das áreas responsáveis pelo funcionamento da instituição. A seguir apresentou a composição do referido Comitê, esclarecendo que é integrado por representantes dos demais Comitês, cujas atividades estão diretamente ligadas à concretização da estratégia do Tribunal. Prosseguiu comentando que o primeiro passo para a transição se deu quando da aprovação da proposta para que se realizasse a Transição Integrada, em RAE realizada anteriormente. Explicou que a AGE coordenou a reunião de informações fornecidas pelas áreas de negócio, organizando-as na forma de relatório, que foi disponibilizado aos Desembargadores que integrarão a gestão no próximo biênio. Esclareceu que o Relatório de Transição Integrada contém informações das áreas, bem como orientações a respeito de atividades que são realizadas ou que estejam em andamento e necessitem de continuidade. Comentou que, apesar da finalidade precípua da RAE ser outra, a presente ocasião não se destina à deliberação, e sim encontro, onde se apresenta a proposta para consolidar um grupo que, formalmente, será responsável por dar impulso às atividades do Tribunal, identificando tal grupo como o *Comitê Permanente de Gestores*, que terá a finalidade de impulsionar a concretização de ações mais diretamente, a partir das deliberações realizadas pelo Comitê de Gestão Estratégica e Governança Corporativa. Explicou que essa necessidade foi percebida a partir dos esforços realizados para a prestação de contas ao TCU, da realização de Auditoria de TI e da Escola Judicial. Comentou que tais atividades demandam que se construa lógica de obrigação sistemática dos gestores para garantir a entrega de resultados integrados à realização com excelência, das atividades a que cada área de negócio se dedica. A seguir, apresentou a estrutura em que a presente reunião foi organizada, indicando a sequência de itens que serão

apresentados: os *resultados da Gestão Estratégica* - cuja métrica se alicerça nas metas estabelecidas. Comentou que abordar o tema das metas, representa carga de referências que provoca diversas reações, a depender de quem ouve a palavra meta. Prosseguiu dizendo que o que determina os resultados são, de fato, as metas. Iniciou, na sequência, a apresentação dos resultados das Metas Nacionais, da *Justiça do Trabalho* e as *Regionais*, que integram o Planejamento Estratégico do TRT4, conforme material anexo a esta ata. Destacou que o IPJ está cumprido e que se vivencia cenário em que não há acúmulo passivo de julgamento. Ressalvou que o desempenho apresentado não é exatamente positivo, mas não há acúmulo. Esclareceu que o cenário é mais crítico no 2º grau, informando que os resultados deverão melhorar ainda neste mês de dezembro. Quanto ao IPA, a meta também está cumprida. Mencionou que está sendo realizada a gestão do acervo priorizando os processos mais antigos. Em relação ao ICON, mencionou que este se encontra um pouco abaixo da meta nacional e ponderou que o desempenho do TRT4 encontra destaque entre os Regionais de grande porte. Comentou que apresentamos um perfil positivo em conciliação e, historicamente, nunca abaixo de 40%. Descreveu que o papel da Justiça do Trabalho na institucionalização da conciliação fez com que essa meta fosse um dos resultados que, junto a outros indicadores apontam esse ramo da Justiça como grande uma gestora da conciliação. Comentou que nos encontros nacionais, a referência em conciliação encontra-se justamente no ramo trabalhista. Na sequência, ponderou que a diminuição na demanda de conhecimento permitiu que fosse impulsionado maior número de execuções, fazendo com que a 4ª Região apresente agora índice mais alto que em outros períodos. Acrescentou que a execução da 4ª região está em primeiro lugar entre o grupo de tribunais de grande porte. Referiu o advento da prescrição intercorrente e comentou que, apesar de alto o índice de execução, medido pelo número de processos encerrados que, todavia não foram liquidados e pagos efetivamente. Informou que os debates que ocorrem a respeito deste tema confrontam a interface da efetiva prestação jurisdicional, ou seja, a materialização do direito do jurisdicionado. Resumiu dizendo que a aplicação intercorrente é considerada a resolução administrativa do processo de execução. Prosseguiu com a apresentação dos resultados, informando que o IACJ1G também está cumprido e no 2º grau, o perfil das ações está mais complexo que nos últimos anos. Explicou que se trata de poucos processos, porém de resolução mais complexa. A seguir mencionou que o IRA está cumprido também. Quanto à redução do acervo dos grandes litigantes, comentou que ainda que não se faça nada em relação a esta meta, o movimento de acervo e o movimento para cumprir a meta já geram resultado. Destacou que o problema do TRT4 encontra-se nas metas que apuram os tempos médios de duração do processo. Informou que o 1º grau vem reduzindo o tempo médio, que aumentou em reflexo a se

ter começado a lidar com processos antigos. Comentou que o ponto ideal será alcançado quando a gestão do acervo encontrar o tempo médio de tramitação dentro de valor mais razoável, ou seja, quando se possa realizar a administração do acervo e que esse se constitua de processos menos antigos. Em relação ao 2º grau, comentou que o impulso de encurtar prazos é da 1ª Seção de Dissídios Individuais mas que, no geral, o prazo de julgamento está mais elastecido. Informou que a tendência é recuperar o acervo e depois recuperar o tempo. Acrescentou que, com o reforço na força de trabalho recebido pelos gabinetes, por meio da inclusão de mais um assistente a partir de outubro deste ano, deverá ser percebido impacto no prazo médio. Destacou que o prazo regimental do TRT4 é altíssimo em relação aos outros Tribunais, comentando que admitir prazo de 120 dias, quando a meta é de 147, torna curtíssimo o período para manejo dos processos entre as Secretarias e os Gabinetes. Continuou informando que o IEOD geralmente é atendido em face da gestão do orçamento ocorrer a contento. No que tange o IAM, chamado de "a meta da meta", esclareceu que é um controle CSJT a respeito do cumprimento do conjunto de metas, para que os Tribunais não priorizem demais algumas, em detrimento de outras. Concluiu dizendo que o perfil de tempo elastecido existente na 4ª Região, prejudica esse índice. Ponderou que no atual biênio e no final do anterior, já houve evolução significativa, e que no TRT4 está havendo, cada vez mais, a profissionalização da gestão das atividades. Encerrada a parte relativa às metas nacionais, comentou que nas metas para a Justiça do Trabalho os tempos de tramitação também representam problemas para o TRT4. Esclareceu que há indicadores que consideram os tempos de tramitação: 1) da autuação à baixa; 2) das ações originárias; 3) dos processos sem Recurso de Revista e 4) dos processos com Recurso de Revista.

Onélio mencionou que o impacto no tempo médio teve a ver com a instauração de IUJs, que aumentaram muito o prazo do tribunal.

Carolina acrescentou que o tempo médio na fase de execução está alto, pois é resultado de estarem tramitando execuções antigas, mas que os dados apontam para regularização. Apresentou, a seguir, quadro comparativo das metas em relação ao cumprimento ou percentual de defasagem existente para que sejam atingidas. Em linhas gerais, informou que o TRT4 ocupa o 4º lugar entre os regionais de grande porte. Informou que a AGE organizou um Histórico de Metas 2009-2018, que demonstra os resultados obtidos pelo TRT4. Prosseguiu mencionando que foram estabelecidas novas metas para 2020, que são mais abrangentes e estruturantes, tendo sido aprovadas no Encontro Nacional do Poder Judiciário, ocorrido recentemente. Apresentou a Meta 9 - integrar a Agenda 2030 da ONU ao Poder Judiciário (formada por 17 objetivos para o desenvolvimento sustentável). Quanto a isso, referiu que na Justiça do Trabalho há meta ligada ao objetivo 8 - controlar o tempo médio de ações trabalhistas, que está entregue. Comentou, em

relação aos demais Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), a questão da Equidade, sendo o TRT4 referência nacional com a instituição do Comitê Gestor de Equidade de Gênero, Raça e Diversidade e as atividades por ele realizadas. Informou que os tribunais deverão associar metas a tais objetivos. A seguir, mencionou a Meta 9 - promover a saúde de magistrados e servidores, cujo cumprimento deverá ocorrer por meio da realização de exames periódicos, redução de doenças e causas de absenteísmo. Acrescentou que essa meta vai ao encontro de acompanhamentos realizados pelo CNJ que já existem há algum tempo, sendo que a partir de agora, com a instituição enquanto meta, agregará coesão em torno de algo que o Tribunal já deveria proceder. Sobre saúde, comentou que em 2018/2019 já houve uma série de medidas no TRT4, como a troca da gestão na Coordenadoria de Saúde, levantamento das iniciativas de saúde esparsas realizadas no tribunal por diversas áreas, informando que, no entanto, há deficiência na gestão de informação sobre saúde, uma vez que é de natureza complexa e, sigilosa. Informou que o Comitê Gestor Local de Atenção Integral à Saúde, Acessibilidade e Inclusão receberá portfolio para estudar as questões que pendem de regularização. Quanto à Meta 11 - promover os direitos da criança e do adolescente, referiu que poderá ser atendida por meio do Programa de Combate ao Trabalho Infantil e Estímulo à Aprendizagem, cuja gestora é a Desembargadora Maria Madalena Telesca, sugerindo o Projeto Pescar como agente para alcance da meta. O projeto deverá ser registrado, para que conte como forma para o cumprimento dessa meta. Referiu que inclusive o Projeto Pescar tem sido buscado por outros Tribunais. Passou ao item seguinte da estrutura da reunião, mencionando a instituição do Prêmio CNJ de Qualidade, ocorrida em 2019 e esclarecendo que corresponde ao Selo Justiça em Números. Prosseguiu comentando que é a ferramenta instituída pelo CNJ para que os Tribunais disponham de referência única para mensurar o que realizam. Esclareceu que o prêmio foi estruturado em três eixos: Governança, Produtividade e Transparência e Informação e consolida resultados em matérias avaliadas como importantes para a efetividade da prestação jurisdicional. Acrescentou que a pontuação obtida no *Ranking* da Transparência integra os quesitos do prêmio. A seguir, apresentou os resultados do TRT4 em cada eixo: Governança, 66,67%, Transparência e Informação, 94,37% e Produtividade, 45%, informando que o TRT4 ficou na categoria Prata. Referiu que o baixo desempenho em produtividade deve ser alvo de ações e ponderou que este eixo do prêmio é formado por maior e mais complexo número de quesitos que o antigo Selo Justiça em Números.

Desª Vânia mencionou que o TRF4 e o TJ/RS também foram contemplados com selos Prata.

Em sequência, Carolina mencionou que o Planejamento Estratégico é realizado por meio da realização de iniciativas estratégicas e institucionais. Afirmou que o Plano Estratégico é

institucional, sendo as Iniciativas cadastradas para buscar cumprir as metas estabelecidas. Mencionou as várias iniciativas em andamento atualmente no TRT4 e explicou, em linhas gerais, cada uma delas. Dentre todas as iniciativas apresentadas, destacou a Ação Setorial desenvolvida pela Corregedoria, denominada Gestão de Sentenças, o Projeto Concilia RS, sob responsabilidade da Secretaria-Geral Judiciária e o Projeto de implantação do Sistema Integrado de Gestão Pública (Sigep), cujo gerente é a Secretaria de Gestão de Pessoas (Segesp), e a coordenação, da Diretoria-Geral.

Des. Marçal comentou que a concentração de metas é cada vez maior e elas são consolidadas a partir de Brasília. Destacou o importante papel que o Des. Achutti e a Desª Carmen terão ao participarem das reuniões do Coleprecor. Comentou o ocorrido na última reunião, com o estabelecimento da cláusula de barreira para a Meta 1, acrescentando que é necessário que os gestores das unidades judiciárias de 1º grau também precisam entender e lidar com a Estratégia, motivando-os para que trabalhem com os sistemas disponíveis, usando as informações fornecidas pela Estatística, para atuarem de forma assertiva na busca pela melhoria de seus resultados.

Carolina, então, mencionou que serão realizadas falas breves pelo Secretário-Geral Judiciário, Onélio, e pela Secretária da Corregedoria, Eneida, que apresentarão iniciativas que apresentam resultados da área-fim.

Onélio cumprimentou a todos e informou que a Secretaria-Geral Judiciária (Segjud) passou por uma mudança total em sua forma de trabalho com a implantação do PJe que, com o passar do tempo, fez algumas atividades deixarem de existir e outras serem incorporadas. Mencionou que houve época em que a digitalização de processos era feita sob demanda, porém, neste ano de 2019 foi determinada a migração integral de processos físicos ao PJe. Informou que no dia 02.12 todos os processos físicos foram baixados do acervo do 2º grau, com lançamento de movimento específico, e que estão sendo ultimadas as migrações dos processos físicos em andamento, sendo que os sobrestados serão migrados posteriormente. Informou, também, que a Segjud trabalhou para que fossem criadas ferramentas de informação para a gestão dos gabinetes, mencionando: 1) Produtividade - que permite o acompanhamento estatístico do gabinete por índices de atualização constantes; 2) Panorama de Acompanhamento Estatístico (PAE), que é um boletim estatístico dinâmico, que passou a ser disponibilizado com os dados do mês de novembro, em substituição ao IMT. Prosseguiu, comentando que a Segjud esteve implicada também no processo de implantação dos CEJUSCs na 4ª Região, no qual inicialmente foram enfrentadas dificuldades, como a ausência de servidores e a necessidade de criar novas

unidades de trabalho. Diante disso, referiu que a Segjud foi reorganizada, extinguindo 5 de suas seções, que se ocupavam de atividades necessárias em face da tramitação de processos físicos, que hoje já não é mais a realidade. Informou que, dessa medida, resultou possível a instituição do CEJUSC-JT/ 2ª grau, e a disponibilização de funções comissionadas e cargos aos gabinetes. A seguir, esclareceu que, com a instituição do NUPEMEC no TRT4, coube à Segjud funcionar como sua Secretaria Executiva. Como as atividades conciliatórias necessitavam ser organizadas, houve a designação de um projeto, denominado Concilia RS, que concentrou as ações em andamento, de forma a aprimorá-las e desenvolver outras, em suporte. Informou que o Rio Grande do Sul é reconhecido como o estado com maior índice de recorribilidade. Na Justiça do Trabalho, do 1º para o 2º grau, da ordem de 70%, e do 2º grau para o TST, 42%. Por outro lado, comentou que o TRT4 apresenta índice significativo em conciliação, girando em torno de 44%, com perspectiva de ampliação dessa realidade. A seguir, passou a apresentar algumas entregas realizadas pelo referido projeto, sendo elas: 1) elaboração da Política Conciliatória para a 4ª Região; 2) publicação da Resolução Administrativa nº 20/2018; 3) a capacitação de 91 servidores conciliadores e aproximadamente 60 magistrados supervisores, por meio da realização de cursos organizados em parceria com a Escola Judicial do TRT4; 4) a padronização de Boletins Estatísticos, que passaram a ser disponibilizados no portal, colaborando para a transparência ativa; 5) a formação de Cadastro de Conciliadores e Mediadores; 6) a elaboração e aplicação da Pesquisa de Satisfação a ser respondida pelos jurisdicionados que utilizarem os serviços dos CEJUSCs; 6) o desenvolvimento da ferramenta I-Con, que apura o índice de conciliabilidade dos processos. Esclareceu que tal ferramenta vem sendo constantemente aprimorada e que nos dias 28 e 29.11.2019 esteve em Brasília no 1º Encontro de Servidores de Núcleos e Centros de Conciliação Trabalhista apresentando a I-Con, que gerou muito interesse por parte dos demais Regionais e, inclusive, será disponibilizada pelo TRT4 via Vice-Presidência do TST.

Des. Martins Costa comentou que houve essa solicitação por parte do Vice-Presidente do TST e que há também colegas da Justiça Federal pedindo a ferramenta. Acrescentou que ela obteve sucesso em virtude do grau de alcance de informações que a I-Con oferece. Informou que na etapa atual de desenvolvimento em que a ferramenta se encontra será agregada a inteligência artificial.

Natacha esclareceu que o início do desenvolvimento da ferramenta se deu a partir da solicitação de um Juiz que buscava realizar conciliações e sentia falta de informações dos processos, que permitissem triar aqueles com maior potencial para conciliar e solicitou que fossem levantados alguns dados. Comentou que a I-Con, portanto, é uma ferramenta baseada na experiência, que auxilia no gerenciamento das pautas, triando os processos mais aptos à

conciliação.

Onélio prosseguiu sua fala informando que, atualmente, com o uso da I-Con, os CEJUSCs podem triar os processos e que tal prática está sendo utilizada no CEJUSC-JT/ 2º grau, que indica e solicita processos aos Gabinetes, para incluí-los nas pautas conciliatórias. Destacou que a I-Con é uma ferramenta em constante evolução, inclusive com programação de inteligência artificial. Prosseguindo, em menção às entregas do Projeto Concilia RS, mencionou: 7) a divulgação *online* das pautas do CEJUSC-JT 2º Grau; 8) a avaliação periódica dos CEJUSCs implantados.

Desª Vânia mencionou que atualmente existem cinco CEJUSCs-JT/1º Grau no interior e o CEJUSC-JT/2º Grau.

Des. Marçal comentou que neste ano foi correcionado o CEJUSC-JT/1º Grau de Porto Alegre, conforme determinação do Corregedor-Geral.

Desª Vânia mencionou a situação dos processos com recursos de revista que podem ser encaminhados ao CEJUSC-JT/2º Grau.

Onélio informou que o CEJUSC-JT/2º Grau da 4ª Região conciliou 2.242 processos em 2019 e comentou que essa produtividade equivale ao resultado médio de um Gabinete de Desembargador do TRT4. Mencionou, ainda, que processos em que são entabulados acordos são encerrados, contribuindo de forma definitiva para os resultados do 2º Grau. Quanto às conciliações realizadas, mencionou que o índice de cumprimento de acordos no TRT4, em uma apuração empírica, segundo estudo de um mestrando que apresentou esse dado no Encontro de Servidores de CEJUSC em Brasília, encontra-se em torno de 90%, o que é muito significativo. Prosseguiu afirmando que, no entanto, ainda é necessário reforço da estrutura. Comentou que foi necessário repensar a Segjud para contribuir com o projeto de ampliação dos gabinetes (inclusão de mais um assistente). Contabilizou que a Segjud dispunha de 118 servidores e reduziu sua lotação para 94, dos quais 17 se aposentaram. Prosseguiu comentando que o resultado da implantação dos CEJUSCs-JT mostra incremento real da atividade conciliatória e que há ainda campos a serem consolidados e decisões a serem tomadas para aprovar uma estrutura de conciliação. Mencionou que os CEJUSCs-JT já foram reconhecidos como unidades judiciárias. Retomando a questão das entregas do Projeto Concilia RS citou: 9) a criação do Conciliômetro, que apura em tempo real o índice de conciliação alcançado pelo TRT4; 10) unificação do formulário Quero Conciliar direcionando os pedidos de pauta para conciliação, que antes chegavam por diferentes meios (telefone, e-mail, petição, etc.), para um só local; 11) monitoramento dos indicadores do Projeto; 12) elaboração do manual de atividades do CEJUSC, itens 11 e 12 serão avaliados na reunião a ser realizada em 05.12.2019.

Natacha comentou que há 2 anos a Setic foi instada a desenvolver um sistema para possibilitar a conciliação virtual. Explicou que representou trabalho extenso e, por falta de estrutura, o TRT4 acabou não o utilizando. Sugeriu que a iniciativa seja retomada, mencionando que nos eventos de TI aplicada ao direito já existem muitas menções quanto à adoção da conciliação virtual.

Maria Eneida passou a apresentar a Ação Setorial desenvolvida pela Corregedoria denominada Gestão de Sentenças. Iniciou, contextualizando sua criação em 2015, como um projeto desenhado para reduzir o resíduo de sentenças pendentes da 4ª Região. Mencionou que à época foram realizados encontros com juízes que apresentavam alta produtividade e baixo resíduo, com o objetivo de obter idéias, sugestões e dicas a respeito da sistemática de trabalho que adotavam para divulgar como boas práticas. Comentou que, em momento posterior, foram convidados juízes com resíduos significativos para conversar com colegas com boa produtividade, para o compartilhamento de experiências. Informou que desses encontros muitos magistrados com resíduo acumulado saíram mais motivados e com novas idéias para organizar seu trabalho. Prosseguiu comentando que em 2018 foi organizada ação com o CEJUSC-JT/1º Grau, onde foram selecionados 500 processos com sentenças pendentes, dos quais 350 foram pautados, resultando em 58 acordos. Esclareceu que a triagem foi realizada manualmente, pois ainda não estava disponível a ferramenta I-Con. Por fim, comentou que outra ação foi organizada, em parceria com a Escola Judicial, na qual o Juiz Auxiliar da Corregedoria, Leandro Krebs Gonçalves, participou do processo de reformatação do "itinerário de assistentes", de forma a qualificá-los para gerir o próprio trabalho na elaboração de sentenças. O curso trouxe orientações quanto à organização e agendamento do tempo, estabelecimento de cronograma, dentre outras qualificações necessárias, para que os assistentes de juízes com alto resíduo pudessem incorporar melhorias ao seu processo de trabalho. Comentou que a seleção dos assistentes ocorreu por meio da identificação de 17 juízes da região metropolitana que acumulavam resíduos importantes. Ao todo participaram do curso 18 assistentes, em virtude de um Assistente de Execução (FC04) também ter sido convidado. Resumiu a iniciativa como oportunidade criada para que os assistentes aprendessem a gerenciar os processos que aguardam sentença.

Des. Achutti questionou como foi o procedimento.

Desª Carmen comentou que o juiz Lionzo ministrou uma semana de curso aos assistentes. Informou que o curso foi estruturado na secretaria de formação jurídica da Escola Judicial, e mencionou que o juiz ministrante explicou como ele se organiza e ouviu dos assistentes como realizam seu trabalho. Prosseguiu comentando que chegaram à conclusão que não poderia ter

mais de 20 assistentes em cada turma, para poder garantir o aproveitamento dos participantes. Referiu que a idéia é continuar esse trabalho de formação na Escola Judicial e que o apoio da Corregedoria foi essencial. Sobre a Escola, citou ainda as ações de capacitação realizadas no tema mediação, em apoio ao NUPEMEC e CEJUSC-JT. Por fim, concluiu que a Escola Judicial só existe pois atende a jurisdição, e que com o apoio de todos é possível, como nos dois exemplos mencionados, melhorar.

Des. Martins Costa comentou que capacitar os servidores é atender metas.

Em continuidade a sua fala, Maria Eneida comentou que a produção dos juízes cujos assistentes frequentaram o curso tem sido monitorada, e está apresentando resultados. Informou que em dezembro de 2017 o resíduo de sentenças pendentes na 4ª Região era de 16.247 processos, em dezembro de 2018 passou para 15.621, em novembro de 2019, 14.122, e comentou que há expectativa que em 2020 o resíduo total esteja em torno dos 13.000 processos. Apresentou, a seguir, o funcionamento do Gabinete Auxiliar da Corregedoria, que é coordenado pelo Juiz Auxiliar e conta com esse magistrado e mais dois colegas, que estão lotados na Corregedoria, juntamente com seus assistentes e os de juízes afastados da jurisdição por mais de de 60 dias, para auxiliar na prolação de sentenças em processos avocados. Mencionou que, por vezes, os assistentes de juízes afastados são cedidos para auxílio de outros magistrados no 1º grau. A seguir, apresentou a produtividade do Gabinete Auxiliar da Corregedoria informando que em 2017 foram prolatadas 2.283 sentenças, em 2018, 2.245 e em 2019, até o momento, 3.092.

Desª Vânia comentou que a prática de redistribuir processos de juízes que deixam resíduo acumulado não contribui para mudar o comportamento dos juízes, que devem se organizar para dar conta de seu trabalho.

Des. Marçal comentou que se o Órgão Especial não pune os juízes que não produzem, não há o que fazer.

Maria Eneida prosseguiu informando que no início de 2019 havia processos com datas de conclusão em 2016 no TRT4 e que durante o ano foi dada prioridade ao julgamento de tais ações, avançando cronologicamente nas datas de conclusão, chegando a priorizar processos de 2018. Mencionou que atualmente existem apenas 25 processos com data de conclusão em 2018, cuja data mais antiga é maio daquele ano. Mencionou que a Corregedoria trabalhou o índice de processos antigos, conforme recomendado na Correição-Geral, e identificou 2.000 ações ajuizadas antes de 2015, sem solução. Ao realizar a verificação, foi identificado que 900 dessas ações constavam pendentes por erros de lançamento no sistema, que foram corrigidos. Das 1.100 ações restantes, 550 eram processos suspensos/sobrestados, 180 conclusos, e 400 com pauta

agendada para início de 2020, ou com informação de estarem em instrução.

Desª Vânia precisou deixar a reunião, em virtude de outro compromisso agendado.

Carolina retomou a coordenação da reunião e mencionou que o último item a ser abordado é a organização para o biênio 2020/2021, que incluirá duas grandes iniciativas da nova Administração, identificar o que pretendem realizar e elaborar o Planejamento Estratégico para o ciclo 2021-2026, conforme demanda do CNJ. Na sequência, agradeceu a presença de todos.

Desª Carmen informou que identificará as iniciativas a serem realizadas na nova Administração após a posse e comentou que está de portas abertas para quem precisar contato com ela, inclusive por telefone. Comentou que pensará em ações para abordar os objetivos do desenvolvimento sustentável da ONU. Informou que ocorrerá sessão do Órgão Especial em 16.12 e após ocorrerá a primeira reunião institucional com magistrados. Por fim, registrou agradecimento ao Secretário-Geral da Presidência, Rodrigo Fontes Correa, pelo apoio à Direção da Escola Judicial.

Rodrigo agradeceu também pela realização de ações com a Escola Judicial.

Reunião encerrada às 17 horas e 30 minutos. Ata redigida pela servidora Gabriela Balbinot, Assistente da Assessoria de Gestão Estratégica e Apoio às Ações Institucionais, e encaminhada por meio eletrônico para validação pelos presentes.